

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO
2020/2021

Acordo Coletivo de Trabalho que entre si celebram o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS – SITRAMICO/MG**, sediado na Rua Célio de Castro, 780 – Floresta CEP: 31110-052 Belo Horizonte – MG, inscrito no CNPJ sob o nº 17.430.851/0001-77, representado por seu Presidente, **LEONARDO LUIZ DE FREITAS**, portador do CPF 402.710.806-04, com fundamento no artigo 611 e seguintes da CLT, e a Empresa:

TECHLUB COMERCIO ATACADISTA DE LUBRIFICANTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.814.292/0001-61, com sede Av. Montreal, nº 487 A, Bairro Jardim Canadá, Nova Lima, Minas Gerais, CEP: 34.007-720, representada neste ato pelo sócio gerente, **WASHINGTON BARBOSA DOS SANTOS JUNIOR** brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 401.938.106-20;

TURBOTECH DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 65.104.929/0001-06, com sede Av. Niágara, nº 291, Bairro Jardim Canadá, Nova Lima, Minas Gerais, CEP: 34.007-652, representada neste ato pelo sócio gerente, **WASHINGTON BARBOSA DOS SANTOS JUNIOR**, inscrito no CPF sob o nº 401.938.106-20, mediante seguintes cláusulas e condições:

1. REAJUSTE SALARIAL

Em 01.03.2020, as empresas signatárias reajustarão os salários de todos os seus empregados, vigentes em 29.02.2020, mediante a aplicação do percentual único de 3,31% (três vírgula, trinta e um por cento).

As diferenças devidas da aplicação do percentual ora negociadas referente aos meses de Março, Abril, Maio e Junho de 2020, incluindo Vale Refeição e Alimentação será quitada na folha de pagamento do mês de Julho/2020.

2. PISO SALARIAL

A partir de 1º de Março de 2020, Fica estabelecido para os trabalhadores abrangidos por este Acordo Coletivo de Trabalho o Piso Salarial de R\$1.139,00 (Hum mil cento e trinta e nove reais).

3. AVISO PRÉVIO INDENIZADO

Os empregados que forem dispensados sem justa causa serão liberados da prestação de serviços durante o prazo do aviso prévio.

4. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Os empregados classificados na categoria mencionada neste Acordo Coletivo de Trabalho, que manuseiam óleos a granel, receberão além do salário, o adicional de insalubridade em grau médio, a base de 20% (vinte por cento), sobre o salário mínimo.

Este benefício será extensivo aos vendedores externos que também manuseiam óleo fazendo coleta, visitam postos de gasolina, vão ao galpão e abastecem prateleiras.

Quando devido for.

5. VALE REFEIÇÃO

As empresas fornecerão aos seus empregados mensalmente vales-refeições com valor unitário de R\$15,00 (Quinze reais) nos dias úteis trabalhados.

6. VALE ALIMENTAÇÃO

As empresas concederão aos seus empregados vales-alimentação no valor mensal de R\$87,00 (Oitenta e sete reais), na forma de cartão-magnético, a partir de 01/03/2020, não tendo a verba caráter salarial, inclusive nos períodos de licença maternidade e afastamentos médicos.

Os vales-alimentação serão fornecidos a título de premiação apenas aos empregados que não apresentarem faltas e/ou número de atrasos superiores a quatro no mês, considerando estes aqueles superiores ao limite de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários, exceto aqueles objetos de justificativa legal.

Os empregados admitidos, seja qual for o dia do mês, somente terão direito ao recebimento do "vale alimentação", no mês imediatamente seguinte ao da admissão.

Na hipótese de concessão de férias ou dispensa que não coincida com o dia primeiro do mês, os vales-alimentação serão devidos de forma proporcional aos dias efetivamente trabalhados.

7. BOLSAS DE ESTUDO

As empresas concederão 03 (três) bolsas de estudos aos empregados, mensalmente no valor unitário de R\$130,17 (Cento e trinta reais e dezessete centavos), visando proporcionar recursos adicionais para compensar as despesas complementares às de manutenção do ensino de nível fundamental, médio e superior. Esta verba não tem caráter salarial.

As bolsas de estudo serão pagas mediante a apresentação de relação dos

beneficiários indicados pela respectiva Entidade Sindical, que deverá conter o nome do aluno e estabelecimento de ensino que esteja cursando, devendo as mesmas manter em arquivo por 5 (cinco) anos os documentos que comprovem a elegibilidade dos beneficiários e que poderão ser requisitados pelo Sindicato a qualquer tempo.

São elegíveis às bolsas de estudo referidas nesta CLÁUSULA, os empregados, sócios do Sindicato.

8. AUXILIO CRECHE

As Empresas concederão 20 (vinte) bolsas de auxílio creche aos empregados, mensalmente no unitário de R\$73,50 (Setenta e três reais e cinquenta centavos), sendo o benefício estendido para os filhos até 05 anos de idade, esta verba não tem caráter salarial.

As bolsas de auxílio creche serão pagas mediante a apresentação de relação dos beneficiários indicados, que deverá conter o nome o empregado e a creche que o menor vai ficar devendo apresentar comprovante de pagamento junto à creche. São elegíveis, ao auxílio creche referidos nesta CLÁUSULA, os empregados, sócios do Sindicato, devendo ser atendidos, prioritariamente, aqueles de salários mais baixos.

9. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS – PLR

As empresas pagarão, a título de PLR - Participação nos Lucros e/ou Resultados, a todos os seus empregados, a importância total de R\$300,00 (trezentos reais), pago em parcela única no mês de Março/2021, nos termos da Lei 10.101/2000; respeitada a proporcionalidade dos meses trabalhados dentro do período aquisitivo do ano de 2020/2021.

As empresas apresentarão um balanço do fechamento do ano corrente em Fevereiro/21, se apresentarem lucro, será concedido a PLR aos colaboradores, não apresentando lucro, não será concedido.

10. SEGURO DE VIDA

As empresas farão obrigatoriamente, em favor dos seus empregados, independentemente da forma de contratação, um Seguro de Vida e Acidentes Pessoais em grupo.

11. AUXÍLIO FUNERAL

As empresas pagarão, durante a vigência do contrato de trabalho, uma importância única, a título de auxílio-funeral, no caso de falecimento do empregado:

§1º. O benefício acima descrito será de R\$3.250,00 (Três mil duzentos e cinquenta reais).

§2º. Para efeito de pagamento do benefício, a comprovação da dependência se dará conforme abaixo:

- a) Cônjuge: mediante apresentação de certidão de casamento 30% (trinta por cento);
- b) Companheira: quando esta condição estiver reconhecida perante a Previdência Social, mediante anotação na Carteira de Trabalho ou declaração de Imposto de Renda 30% (trinta por cento).
- c) Filhos menores de 18 anos ou inválidos: certidão de nascimento 10% (dez por cento).

§3º. A prova de falecimento será feita mediante apresentação da certidão de óbito.

§4º. Na hipótese de falecimento do empregado, o pagamento será feito ao dependente que apresentar comprovante de despesas.

§5º. O auxílio-funeral concedido nestas condições não integrará a remuneração para quaisquer efeitos.

12. PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA ODONTOLÓGICA

As empresas fornecerão convênio para assistência médica e odontológica aos empregados, em caráter co-participativo; com a participação dos custos de 50% (cinquenta por cento).

Os empregados poderão optar pela participação ou não no plano de assistência médica.

Quando ocorrer mudança ou alteração no plano de assistência médica, as empresas deverão comunicar a cada empregado participante.

OBS.: (Os descontos serão realizados no 5º dia útil de cada mês em folha de pagamento).

13. VALE TRANSPORTE

Fica estabelecida a obrigatoriedade de as empresas fornecerem aos trabalhadores o vale-transporte, na forma da legislação em vigor.

14. AUXÍLIO COMBUSTÍVEL

A empresa concorda em substituir o valor correspondente ao vale transporte, no equivalente em auxílio combustível (Cartão) para aqueles empregados que optarem por fazê-lo, com a participação máxima de 6% (seis por cento) sobre o custo total do benefício, por empregado, não tendo a mesma verba caráter salarial.

15. HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As empresas restringirão a realização de horas extras aos casos de comprovada necessidade, remunerando o trabalho extraordinário com o percentual de 70% (setenta por cento) e 100% (cem por cento) em Domingos e Feriados aplicado sobre a hora do salário normal. As empresas incluirão no cálculo das horas extras, todos os adicionais a que fizerem jus.

Por determinação da empresa as horas extras laboradas poderão ser compensadas com os dias úteis em que o mesmo emendar os feriados.

Ficam estabelecidos o regime de compensação e prorrogação de horas.

Os empregados contratados na modalidade de comissionista puro que ocupam os cargos de supervisores de vendas externas, coordenadores de vendas externas, coordenadores de vendas internas e vendedores externos tem direito apenas ao adicional de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) pelo trabalho em horas extras, calculado sobre o valor-hora das comissões recebidas no mês, considerando-se como divisor o número de horas efetivamente trabalhadas.

16 - CONTAS SALÁRIOS

As empresas garantirão que as contas salários de seus empregados serão isentas de quaisquer custos conforme resoluções 3.402 e 3.424 do Banco Central. Na hipótese do empregado optar por conta corrente arcará com eventuais cobranças de manutenção das mesmas.

17 - CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS

As empresas concederão os benefícios de direito do empregado, desde o momento da contratação do vínculo empregatício.

18 - GARANTIA DE EMPREGO

As empresas concederão a todos seus atuais empregados, após o gozo de suas férias, garantia no emprego pelo prazo de 30 (trinta) dias.

19. HOMOLOGAÇÃO

Os contratos de trabalho com 1 (um) ano de duração, ou mais, no momento de sua rescisão, deverão ser, obrigatoriamente homologados junto ao sindicato, em sua sede ou sub-sedes, quando houver, observando os prazos e direitos contidos no Art. 477 da CLT.

Na hipótese do não comparecimento do Empregado, se devidamente notificado do dia e hora da homologação, a Entidade Sindical se compromete a registrar essa circunstância por escrito, de forma a não penalizar a Empresa com as multas previstas na legislação.

20 - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

Conforme decisão em Assembleia Geral do Sindicato Profissional, a Contribuição Negocial será de R\$70,00 (setenta reais), descontada na folha de pagamento, sendo recolhida até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao desconto e repassada ao SITRAMICO-MG, estabelecido a Rua Célio de Castro, nº 780, Bairro Floresta, Belo Horizonte, Minas Gerais, C.E.P. nº 31.110-052, ressalvada a oposição individual do empregado que não concordar com o desconto junto ao Sindicato.

21 - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Conforme decisão em Assembleia Geral do Sindicato Profissional, realizada em 17/10/2019, bem como nos termos da Ata, de 16/03/2018, da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e dentro dos Princípios da liberdade e autonomia sindical respaldado pela Constituição Federal no seu Art. 8º e Art. 1º da Convenção 98 da OIT, foi deliberado e decidido que a contribuição sindical é obrigatória para toda a categoria e que a assembleia autorizou coletivamente, previamente e expressamente o desconto da contribuição sindical, independentemente de associação e sindicalização, que deverá ser descontada dos empregados no mês de Março de 2021 e repassada no mês subsequente em favor do Sindicato Profissional, valor este correspondente a 60% (sessenta por cento) de 1/30 avos da remuneração mensal do mês de Março/2021, ressalvada a oposição individual do empregado que não concordar com o desconto junto ao Sindicato.

Na hipótese de haver questionamentos administrativos ou judiciais contra o desconto, caberá ao Sindicato Profissional responsabilizar-se pelas custas administrativas e processuais que venham a existir, bem como de eventuais indenizações/ressarcimentos decorrentes do referido desconto, desde que o sindicato seja comunicado previamente da existência do questionamento.

22 - VIGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho terá vigência de 01 de Março de 2020

a 28 de fevereiro 2021.

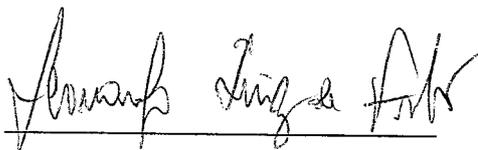
23 - REGISTRO E ARQUIVO

O presente Acordo Coletivo de Trabalho é elaborado em 3 (três) vias, de igual forma e teor, destinadas às partes contratantes e ao Ministério do Trabalho, para fins de registro e arquivo.

24 - FORO

As controvérsias oriundas do presente Acordo Coletivo de Trabalho serão dirimidas pela Justiça do Trabalho.

Belo Horizonte, 05 de Junho de 2020.



Leonardo Luiz de Freitas

CPF: 402.710.806-04

Presidente do SITRAMICO-MG



Washington Barbosa dos Santos Júnior (31) 98468-4089

CPF: 401.938.106-20

TECHLUB COMERCIO ATACADISTA DE LUBRIFICANTES LTDA



Washington Barbosa dos Santos Júnior (31) 98468-4089

CPF: 401.938.106-20

TURBOTECH DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE PRODUTOS
AUTOMOTIVOS LTDA